

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mercado Varejista do Porto – Bairro do Porto – Cuiabá – MT CEP 78025-070 Fone xx 65 623 6539

Exm^o. Srs.
Dante Martins de Oliveira
MD. Governador de Estado de Mato Grosso

Frederico Guilherme Moura Muller
MD. Secretário de Meio Ambiente e Presidente da FEMA
Nesta

Prezados Senhores,

Infelizmente estamos assistindo mais uma vez a ações deste governo que, em nome de uma suposta responsabilidade com a conservação ambiental, poderão causar danos irreversíveis para a categoria dos pescadores profissionais do Estado de Mato Grosso, trazendo intranquilidade e insegurança para mais de seis mil famílias, em sua quase totalidade nativos deste estado. Nossa categoria profissional carrega em si as características das populações tradicionais que durante séculos manejaram os ambientes aquáticos de nosso estado e que souberam mantê-los com boa qualidade ambiental até bem pouco tempo quando, em função do desenvolvimento que vocês tanto defendem outras ações que não a pesca profissional vieram contribuir para a perda da qualidade ambiental de nossos rios.

A atual proposta de alteração da Lei de Pesca do Estado de Mato Grosso, Lei nº 7.155 de 21.07.1999 (que já é extremamente perversa para o pescador profissional), acontece mais uma vez sem a participação da categoria dos pescadores profissionais, contrariando esta própria lei que afirma em seu artigo 18 que *“As minutas de decretos, portarias, moções e resoluções regulamentando a pesca no Estado de Mato Grosso serão objetos de prévia discussão com as entidades afins, garantida a participação de representantes das Associações (colônias) e Cooperativas de Pescadores”*.

Os pescadores profissionais do Estado de Mato Grosso não são contra uma política séria e responsável de manejo sustentável dos recursos pesqueiros do estado, da mesma forma que não somos favoráveis a nenhuma estratégia de pesca depredatória. Os casos de pesca depredatória que ocorrem não contam com o apoio da categoria e demonstra que em nosso meio tem pessoas também trabalhando erradamente como em todas as outras categorias de profissionais de nosso país.

Estamos sempre a disposição do poder público para trabalhos em conjunto na busca de um manejo sustentável de nossos recursos naturais, principalmente da pesca, e prova disso é que aceitamos participar do Comitê Estadual de Monitoramento do Programa Pantanal como representantes das comunidades tradicionais do Estado.

Consideramos inadmissível que o Governo do Estado dê início a revisão da Lei de Pesca neste momento, sendo que os Governos Federal e dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão propondo, no âmbito do Programa Pantanal, um componente orçado em mais US\$ 6.722.000,00 (Seis milhões e setecentos e vinte e

dois mil dólares) de dívida externa, visando implementar o manejo correto dos recursos pesqueiros no Pantanal.

Acreditamos que somente após a conclusão do projeto Gestão dos Recursos Pesqueiros do Pantanal, do Programa Pantanal o governo terá condições seguras para definir o que propõe (nos endividando para isso), que é *“promover o manejo e a conservação dos recursos pesqueiros do Pantanal, a partir da melhoria dos instrumentos de gestão ligados a participação da sociedade diretamente envolvida na atividade pesqueira, como as organizações de pescadores profissionais comerciais, as comunidades ribeirinhas, pescadores esportivos e o setor hoteleiro. Assim, visa promover a gestão da pesca e o desenvolvimento da aquíicultura no Pantanal com a finalidade de produzir e difundir conhecimento e tecnologias, adequar a legislação, incrementar a fiscalização e o monitoramento da pesca e aquíicultura.”*

Como o vosso governo explica que por um lado propõe um projeto para captação de recursos com os objetivos acima e em seguida abruptamente propõe antecipadamente uma revisão na Lei de Pesca onde retira do corpo da lei o artigo que já garante a participação da categoria dos pescadores profissionais nas definições da política de pesca do estado?

A retirada deste capítulo na nova proposta é uma demonstração clara de falta de vontade política para a condução de políticas públicas transparentes como é buscado em todas propostas sérias de desenvolvimento sustentável.

Se é para fingir que vamos fazer política séria na área de pesca no estado então é melhor revermos nossa proposta junto ao BID, e estaremos junto com nossos aliados envidando esforços para acionar os financiadores do Programa Pantanal para explicitar a forma que o governo começa a encaminhar suas ações concretas nas políticas de conservação para o Pantanal, que vem a ser exatamente o oposto do que propõe no Programa Pantanal.

É claro para toda sociedade mato-grossense que o vosso governo ao mesmo tempo em que vem perseguindo os pescadores profissionais, intencionalmente nos impondo a imagem de sermos os grandes degradadores ambientais do estado, por outro lado tem sido extremamente benevolente e conivente com os processos de licenciamentos de usinas hidrelétricas, como no caso a de Furnas no rio Manso, que são altamente degradadoras dos ambientes aquáticos, como pode ser visto no rio Cuiabá que a dois anos não tem mais cheias e portanto não possibilitou o fenômeno da piracema nestes dois últimos anos neste rio.

Não podemos ser tachados como vilões ambientais quando sabemos que os maiores problemas ambientais dos nossos rios é o esgoto das cidades, o assoreamento provocado pelas monoculturas mecanizadas resultado de um modelo de agricultura altamente depredatório, do envenenamento dos rios por agrotóxicos desta agricultura, do desmatamento desenfreado de nosso estado, além de diversos outros fatores, além de que todos sabemos que não adianta cuidar do peixe sem cuidar da qualidade ambiental dos rios e é isso que esse governo vem fazendo.

Queremos ser tratados como pessoas sérias e responsáveis que somos, pais de família que precisam tratar de seus filhos e estamos sentindo que a cada dia somos

jogados na marginalidade, sem sabermos como vamos sobreviver daqui pra frente. Podemos garantir que nos assusta a possibilidade de nossos filhos se transformarem em bandidos para garantir nossa sobrevivência. Esperamos que o senhor não passe para a história de nosso estado carregando nas costas essa responsabilidade.

Não estamos querendo nada demais, estamos querendo que vocês cumpram o que está escrito nos papéis que vocês mesmo fizeram, como é o caso de PCBAP que nas conclusões e recomendações do capítulo 3, que trata dos estudos sobre a ictiofauna conclui:

“É preciso considerar que, se atualmente no Pantanal, os pescadores profissionais encontram-se em situação econômica difícil é porque a política pesqueira dos últimos anos, tem arbitrado desfavoravelmente à sua causa (Petrere et all., 1993). Optando-se também por uma política de valorização do pescador profissional, através de legislação mais adequada aos seus anseios profissionais, seguramente ele se tornará num dos aliados mais forte para a conservação desses recursos e fiscalização da pesca. Um dos caminhos para tornar a atividade mais produtiva e rentável é através da liberação de petrechos eficientes de captura, como tarrafas e redes, mediante o estabelecimento de critérios técnicos para definir locais e épocas de pesca, dimensões e condições de uso dos petrechos. É possível também estimular o processamento e a utilização de subprodutos do pescado como couro, óleo e farinha, obtendo-se maior rendimento econômico por kilo de peixe”.

Indica ainda com toda propriedade o PCBAP que:

“A premissa fundamental que deve nortear o desenvolvimento para a pesca na BAP é a exploração dos recursos pesqueiros de modo sustentado, isto é, em níveis compatíveis com a capacidade de renovação dos estoques. O manejo da pesca, portanto, deve ser adaptativo, considerando-se, por exemplo, a menor produção de peixes em período onde ocorrem, sucessivamente, anos com pequenas inundações. Para tanto, é preciso conhecer os processos ecológicos que ocorrem nos diversos ambientes, a biologia de espécies exploradas e com potencial para pesca, a capacidade de renovação dos recursos e a evolução da atividade de pesca, a fim de otimizar o uso e estabelecer os limites de exploração.”

Queremos principalmente que o carro não seja colocado na frente dos bois e que o Projeto Gestão dos Recursos Pesqueiros do Pantanal do Programa Pantanal cumpra seu papel e possa trazer as informações científicas e do conhecimento popular necessárias para a definição de uma política de pesca em bases sustentáveis.

A necessidade da sustentação das definições das políticas públicas em informações das populações locais e de pesquisas científicas é um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, como bem entendem os cientistas Mateus & Catella & Penha que estudam e trabalham na área do Pantanal e que enviaram um documento ao sr. Secretário de Meio ambiente onde afirmam:

“Sem um sistema adequado de coleta de dados de pesca (captura por espécie, por rio, por mês, número de pescadores, número de dias de pescaria e etc), não é possível tomar decisões, pois estas seriam baseadas em preconceitos ou em evidências demasiadamente frágeis. Portanto, consideramos precipitadas as alterações proposta no novo projeto de Lei de Pesca de MT.

Concluindo, se o Estado de Mato grosso realmente pretende manejar de forma responsável a pesca, é preciso implantar um sistema eficiente de coleta e análise de dados e criar mecanismos democráticos de gerenciamento da atividade. Numa etapa posterior, seria desejável, ainda, que os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de posse de suas

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mercado Varejista do Porto – Bairro do Porto – Cuiabá – MT CEP 78025-070 Fone xx 65 623 6539

informações pesqueiras, iniciassem entendimentos para a gestão comum destes recursos da maior importância para todos.”

O que queremos é que o governo faça as coisas de forma correta, portanto propomos:

- Que os pescadores profissionais sejam reconhecidos e valorizados, por direito, como parceiros significativos nas políticas públicas de manejo e conservação da pesca;
- Que o Programa Pantanal em seu componente Promoção de Atividades Econômicas Sustentáveis seja primeiro executado para que de posse dos resultados do mesmo possamos promover o manejo e a conservação dos recursos pesqueiros, como está previsto no próprio projeto;
- Que o PCBAP, um dos resultados do PNMA – Programa Nacional do Meio Ambiente sirva como referência para todo processo de definição da política de Pesca do Estado de Mato Grosso, enquanto o Programa Pantanal estiver em execução;
- Que seja criado urgentemente o Conselho Estadual de Pesca, previsto na constituição Estadual, para que sirva de espaço de discussão e decisões democráticas que busquem a compatibilização dos interesses da população ribeirinha e da conservação dos recursos naturais, inclusive para discussão de alternativas econômicas que permitam a conservação dos recursos pesqueiros e a sobrevivência dos pescadores
- Criação do SCPESCA/MT – Sistema de Controle da Pesca em Mato Grosso;
- Definição de uma legislação unificada com o Estado de Mato Grosso do Su.

Cuiabá – MT, 29 de Março de 2001

Lindenberg Gomes de Lima
Presidente da FEPESC/MT